

Uso de agrotóxico pelos trabalhadores rurais do município de Crisópolis-BA

Jaciara Pinheiro de Souza¹, Humberto Aparecido Faria² e
Renan Sallazar Ferreira Pereira³

1 Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade Venda Nova do Imigrante e graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário UniAges, Brasil. E-mail: jacipinhosouza@hotmail.com

2 Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, graduado em Enfermagem pela Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. E-mail: humbertofaria@yahoo.com.br

3 Mestrado em Enfermagem pela Universidade Guarulhos e graduado em Enfermagem pela Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Brasil. Email: renansallazar@gmail.com

RESUMO: Este estudo teve como objetivo identificar o uso indiscriminado de agrotóxico e seus impactos na saúde do trabalhador rural no município de Crisópolis-BA. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, transversal, de campo com abordagem quantitativa. A população pesquisada foi constituída de 40 trabalhadores rurais que fazem uso de agrotóxicos nas lavouras e pastagens. O estudo foi realizado entre janeiro a junho de 2015. Foram apurados que 27,5 % dos entrevistados encontravam-se na faixa etária de 60 anos e mais, 42,5% cursaram o ensino fundamental incompleto, e todos possuíam renda familiar de até um salário mínimo, fatores socioeconômicos predisponentes para uso exacerbado de produtos agrotóxicos. Sendo que 100,0% adquirem esses produtos agrícolas sem receituário agrônomo. Contudo, 82,5 % dos entrevistados usam equipamentos de proteção individual parcialmente, mas este fator torna-se ineficaz, na medida em que 62,5% apresentaram sintomatologia características de intoxicações agudas. E 95,0% relatam que nunca receberam nenhum tipo de assistência à saúde. Conclui-se que existe o uso indiscriminado de agrotóxico pela referida população, proveniente de fatores diversificados, os quais culminam em trâmites irreversíveis para a saúde humana e ambiental.

Palavras-chave: Controle de Agrotóxico. Equipamento de Proteção Individual (EPI). Saúde do Trabalhador.

Use of pesticides by farm workers of the municipality of Crisópolis-BA

ABSTRACT: This study aimed to identify the indiscriminate use of pesticides and their impacts on rural workers' health in the municipality of Crisópolis-BA. This is a descriptive, exploratory, transversal, field study with a quantitative approach. The studied population consisted of 40 rural workers who use pesticides in crops and pastures. The study was conducted between January and June 2015. It was found that 27.5% of the interviewees were in the age group of 60 and over, 42.5% attended primary education but did not finish it, and all had family income up to a minimum wage, socioeconomic factors predisposing to exacerbated use of pesticides products. One hundred 100.0% buy these agricultural products without agronomic prescription. However, 82.5% of the interviewees use Personal Protective Equipment partially, but this factor becomes ineffective, to the extent that 62.5% presented symptomatology characteristic of acute intoxication. And 95.0% report that they have never received any kind of health care. It is concluded that there is the indiscriminate use of pesticides by the referred population, derived from diversified factors, which culminate in irreversible processes for human and environmental health.

Keywords: Drug and Narcotic Control. Personal Protective Equipment (PPE). Occupation health.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é praticada pela humanidade há mais de dez mil anos, contudo, o uso de produtos agrotóxicos, visando o controle de possíveis pragas e doenças das lavouras, existe há pouco mais de meio século. Inicialmente, foi fortemente difundido na Segunda Guerra Mundial, pelo surgimento da indústria química como arma destrutiva que matou inúmeras pessoas. Todavia, após serem descobertas suas propriedades agrícolas, passa a ser utilizado no meio rural e se expande mundialmente com ajuda da política organizada pela Revolução Verde (LONDRES, 2011).

Por conseguinte, a produtividade agrícola crescia consideravelmente e impulsionava o consumo de produtos agrotóxicos. Logo, era mantido o controle quanto à possível escassez de alimentos que outrora ameaçava a população, assim como um novo mercado de produção que melhoraria a economia do país e estimularia os agricultores a maior produtividade. Estes fatores foram barreiras que impediram a sociedade remota a vislumbrar o grau de nocividade de tais produtos que estavam sendo implantados no meio rural (SOARES; PORTO, 2012).

Na atualidade, de acordo com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), o Brasil se enquadra como um país de maior consumo de agrotóxicos por hectare. Consequência advinda da resistência das pragas agrícolas a toxicidade dos compostos agrotóxicos, culminando na necessidade do aumento da dosagem para a manutenção da eficácia e/ou recorrer à utilização de novos produtos, criando-se um ciclo vicioso para a agricultura e pecuária, além de estimular o aumento da produção e criação de novas moléculas eficazes no

controle das pragas (SOARES; PORTO, 2012).

Contudo, apesar dessa temática ser centro de discussões há muito tempo, ainda continua a ser um problema de difícil resolução. É notório que tal fato não adviria da ineficiência da sapiência humana, mas da externalidade negativa (SILVA et al, 2017). Onde o setor econômico, voltado para o empreendimento financeiro, lançado para uma rede competitiva que gera lucros a partir de produtos e serviços, deixa de integrar os impactos sociais, ambientais e sanitários em detrimento das atividades produtivas (SILVA et al., 2014).

Esse constitui um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento da sustentabilidade, pois obscurece os diversos custos sociais, ambientais e sanitários por meio dos baixos preços das mercadorias. Assim, simbolicamente a sociedade é ludibriada no tangencial que trabalhadores e consumidores são contaminados, vitimados por intoxicações e mortos; protagonista da poluição e destruição da biodiversidade, acarretando em inúmeros gastos para os cofres públicos (BEDOR, 2009).

Deste modo, este estudo teve como objetivo identificar o uso indiscriminado de agrotóxico e seus impactos na saúde do trabalhador rural no município de Crisópolis-BA. E objetivos específicos: analisar os parâmetros de dosagem para agrotóxicos utilizados pelos trabalhadores rurais; identificar os fatores que contribuem para o uso exacerbado de agrotóxicos e exposição ocupacional; identificar agravos causados pelo uso de agrotóxicos na saúde dos trabalhadores rurais; e analisar as ações assistenciais prestadas pelo profissional de enfermagem da Estratégia de Saúde da Família frente à problemática.

Portanto, o estudo em questão visa criar cenário crítico reflexivo para os profissionais de saúde e os gestores municipais acerca das suas ações enquanto agentes de mudanças. Além de gerar benefícios para os trabalhadores rurais e abrir espaços para emblemáticas discussões científicas acerca do problema.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, transversal, de campo com abordagem quantitativa, realizado com os trabalhadores rurais registrados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crisópolis-BA, no povoado Brejinho. Participaram deste estudo 40 trabalhadores dos 46 que compõem o quadro total de registrados no sindicato. Dos que 6 que não participaram, 5 recusaram em participar e 1 não foi encontrado. Utilizou-se como critério de inclusão estar exercendo o seu trabalho no dia da coleta de dados e fazer o uso de agrotóxico na lavoura e/ou pastagem. O estudo foi realizado entre janeiro a junho de 2015.

A coleta de dados foi realizada por um dos pesquisadores, após a autorização do sindicato dos trabalhadores e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Ages (Parecer nº 3002/15), seguindo os preceitos éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após contato prévio e agendamento de participação em reunião de equipe, o pesquisador convidou os trabalhadores rurais para participarem da pesquisa. Os que concordaram, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias e responderam um questionário contendo os dados sociodemográficos e relacionados ao processo de trabalho; após, foi realizada

uma entrevista semiestruturada, com dados do processo de trabalho: obtenção do agrotóxico, manipulação e descarte final das embalagens agrotóxicas, receituário agrônomo para a compra de agrotóxico, transporte, armazenamento, leitura do rótulo, período de carência, parâmetros de dosagem agrotóxica; uso de equipamentos de proteção individual, sintomatologia e assistência à saúde; com dados dos agravos. Tanto a aplicação do questionário como a entrevista foram realizadas individualmente, em sala reservada, garantindo a privacidade dos sujeitos da pesquisa.

Os dados coletados foram inseridos na planilha do programa de computador Microsoft Office Excel 2010, sendo analisados por meio de estatística descritiva simples, apresentados em forma de tabelas, com frequência absoluta e relativa, média e desvio-padrão.

3 RESULTADOS

3.1 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS TRABALHADORES RURAIS

Pelos dados da Tabela 1, observa-se que grande parte dos trabalhadores rurais possui faixa etária de 60 anos e mais (11; 27,5%), sendo do sexo masculino (30; 75 %), cursaram o ensino fundamental incompleto (17; 42,5%), casados (25; 62,5 %), e com renda familiar de até um salário mínimo (40; 100%).

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhadores rurais, segundo as variáveis sociodemográficas. Crisópolis – BA, 2015.

Table 1 – Rural workers distribution, according to sociodemographic variables. Crisópolis - BA, 2015.

Variáveis	N	%
Idade (anos) Mínima/Máxima	22/74	..
Média	45,77 (dp±15,3)	..
22 ┆ 30	7	17,5
30 ┆ 40	8	20,0
40 ┆ 50	8	20,0
50 ┆ 60	6	15,0
60 e mais	11	27,5
Total	40	100,0
Sexo		
Masculino	30	75,0
Feminino	10	25,0
Total	40	100,0
Estado Civil		
Casado	25	62,5
Solteiro	4	10,0
União Estável	10	25,0
Viúvo	1	2,5
Total	40	100,0
Escolaridade		
Analfabeto	12	30,0
Fundamental completo	2	5,0
Fundamental incompleto	17	42,5
Ensino médio completo	6	15,0
Ensino médio incompleto	3	7,5
Total	40	100,0
Renda Familiar (Salários Mínimos*)		
Até 1	40	100,0
Total	40	100,0

*o salário mínimo vigente no Brasil, no ano de 2015 era de R\$788,00.

Fonte: Autores.

Observa-se que os participantes possuem idade mínima de 22 anos, máxima de 74 e média de 45,77 com desvio padrão de $\pm 15,3$. Contemplando a faixa etária de 11 (27,5%) trabalhadores possuindo 60 e mais anos; 8 (20 %) possuindo 40 a 49 anos; 8 (20 %) com 30 a 39 anos; 7 (17,5%) com 22 a 29 anos; e 6 (15 %) com 50 a 59 anos.

No presente estudo, os homens contemplam a maioria dos trabalhadores, correspondendo a 30 (75%), enquanto as mulheres são apenas 10 (25%).

Observou-se que 25 (62,5 %) dos trabalhadores entrevistados são casados; 10 (25%) união estável; 4 (10%) solteiros; 1 (2,5%) viúvo.

O estudo mostra que 17 (42,5%) trabalhadores cursaram o ensino fundamental incompleto; 12 (30 %) são analfabetos; 6 (15%) ensino médio completo; 3 (7,5) ensino médio incompleto; 2 (5%) fundamental completo; e nenhum participante respondeu às variáveis de Ensino superior completo e incompleto.

O resultado desta pesquisa mostrou que todos (100%) trabalhadores usufruíam da renda familiar de até um salário mínimo.

A Tabela 2 mostra que todos os entrevistados (40; 100%) obtêm os produtos sem receituário agrônomo, transportam dentro do próprio automóvel (37; 92,5 %), grande parte nunca leem o rótulo (21; 52,5%), armazenam corretamente (31; 77,5 %), respeitam o período de carência (40; 100%), e realizam o descarte incorreto das embalagens, sendo que a maior parte queima (20; 50%).

Tabela 2 – Distribuição dos trabalhadores rurais, segundo as variáveis de obtenção e manipulação dos agrotóxicos. Crisópolis-BA, 2015.

Table 2 – Rural workers distribution, according to pesticides attainment and manipulation variables. Crisópolis-BA, 2015.

Variáveis	N	%
Receituário Agrônomo para compra		
Não	40	100,0
Total	40	100,0
Transporte		
Dentro do automóvel	37	92,5
Coletivo	2	5,0
Carroça	1	2,5
Total	40	100,0
Armazenamento		
Domiciliar	8	20,0
Em local a parte do domicílio	31	77,5
Não armazena	1	2,5
Total	40	100,0
Leitura do rótulo		
Nunca	21	52,5
Às vezes	19	47,5
Total	40	100,0
Período de Carência		
Sempre	40	100,0
Total	40	100,0
Descarte de embalagens		
Queimam	20	50,0

Joga fora	15	37,5
Reutiliza	3	7,5
Enterra	2	5,0
Total	40	100,0

Fonte: Autores.

3.1.1 Receituário agrônomo para a compra

O resultado da pesquisa mostra que todos (40; 100%) os trabalhadores rurais fazem a compra destes produtos sem o receituário agrônomo, dos quais grande parte possui venda restrita pelo alto teor de toxicidade humana. Os motivos que levam a não obtenção do receituário são advindos da falta de profissional habilitado (40; 47%); alto custo (30; 35,3%); desnecessário (10; 11,8%); e não acessibilidade (5; 5,9%).

3.1.2 Transporte

Os dados coletados apontam que 37 (92,5 %) trabalhadores rurais transportam os agrotóxicos dentro do próprio automóvel; 2 (5%) dentro do coletivo; e 1 (2,5%) na carroça.

3.1.3 Leitura do rótulo

A maioria 21 (52,5%) dos entrevistados nunca leem o rótulo, 19 (47, 5%) leem às vezes, e nenhum respondeu sempre.

3.1.4 Armazenamento

Em relação ao armazenamento, observa-se que 31 (77,5%) trabalhadores responderam armazenar em local à parte do domicílio; 8 (20%) no domicílio; e 1 (2,5%) não armazena, pois do local de compra é levado e aplicado imediatamente na pastagem ou lavoura.

3.1.5 O período de carência dos agrotóxicos

Todos os trabalhadores (40; 100%) responderam que sempre respeitam o período de carência, ou seja, o intervalo de tempo entre a aplicação do agrotóxico e a colheita da lavoura, ou a colocação de animais em pastagem.

3.1.6 Descarte das embalagens

Ao considerar o descarte das embalagens, 20 (50%) dos entrevistados referiram queimar as embalagens; 15 (37,5) jogam fora; 3 (7,5%) reutilizam como recipiente de água para os animais; 2 (5%) enterram; e nenhum respondeu que devolvia ao vendedor.

3.2 PARÂMETROS DE DOSAGEM AGROTÓXICA

A Tabela 3 esboça que os parâmetros de dosagem agrotóxica estariam distribuídos em: 40 (61,5%) trabalhadores responderam quantidade de pragas; 22 (34%) hectares de terra; 2 (3%) instruções do vendedor; 1 (1,5%) rótulo do produto; e nenhum respondeu receituário agrônomo e outras medidas.

Tabela 3 – Distribuição dos trabalhadores rurais, segundo as variáveis dos parâmetros de dosagem agrotóxica. Crisópolis-BA, 2015.

Table 3 – Rural workers distribution, according to pesticide dosage parameters variables. Crisópolis-BA, 2015.

Variáveis	N	%
Parâmetros de dosagem agrotóxica		
Hectare de terra	22	34,0
Rótulo do produto	1	1,5
Instrução do vendedor	2	3,0
Quantidade de pragas	40	61,5
Total **	65	100,0

**Os entrevistados responderam mais de uma alternativa.

Fonte: Autores.

3.3 VARIÁVEIS DE USO DE EPI, SINTOMATOLOGIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Tabela 4 mostra que a maioria dos entrevistados usam EPI's parcialmente (33; 82,5%), mas este fator torna-se ineficaz, na medida em que (25; 62,5%) apresentaram sintomatologia características de intoxicações agudas, e (38; 95,0 %) relatam que nunca receberam nenhum tipo de assistência à saúde.

Tabela 4 – Distribuição dos trabalhadores rurais, segundo as variáveis do uso de equipamentos de proteção individual, sintomatologia e assistência à saúde. Crisópolis-BA, 2015.

Table 4 – Rural workers distribution, according to the use of personal protective equipment, symptomatology and health care variables. Crisópolis-BA, 2015.

Variáveis	N	%
Uso de EPI's		
Não	7	17,5
Sim	33	82,5
Total	40	100,0
Sintomatologia		
Não	15	37,5
Sim	25	62,5
Total	40	100,0
Assistência à saúde		
Não	38	95,0
Sim	2	5,0
Total	40	100,0

Fonte: Autores

3.3.1 Uso de EPI's

Em relação ao uso dos EPI's, verifica-se que a maioria 33 (82,5 %) utilizam parcialmente, enquanto que 7 (17,5%) referiram não usar os equipamentos.

3.3.2 Exposição ocupacional

A maioria 25 (62,5%) dos trabalhadores já apresentaram alguma sintomatologia aguda na exposição ocupacional e apenas 15 (37,5%) não apresentaram.

3.3.3 Assistência à saúde

A pesquisa vem crescer que 38 (95%) dos trabalhadores nunca receberam nenhum tipo de assistência, seja em qualquer nível de cuidado; enquanto 2 (5%) responderam que sim, mas no nível secundário, quando procuram a unidade de saúde.

4 DISCUSSÃO

Concernente a variável idade (Tabela 1), observa-se que a maioria dos trabalhadores rurais são jovens. Estudo realizado por Bedor (2009), aponta que não é comum encontrar um número grande de jovens no setor agrícola. Neste sentido, a grande quantidade de jovens na região constitui uma especificidade da região, talvez pela falta de oportunidade de trabalho em outros setores da economia.

Em relação à variável sexo, os homens contemplam a maioria dos trabalhadores, correspondendo a 30 (75%), enquanto as mulheres são apenas 10 (25%). Na agricultura o que prevalece é o maior número de trabalhadores masculinos, já que as mulheres possuem maior fragilidade frente à exposição química (PERES; MOREIRA 2007).

Observou-se que a maioria dos trabalhadores entrevistados (62,5 %) são casados. Esses resultados remete a análise de que os trabalhadores rurais casados, pela necessidade de manterem a subsistência do lar e pela pouca oferta de emprego da cidade em questão, sujeitam-se a realizarem trabalhos insalubres que trazem risco à sua saúde.

Intrínseco ao fator baixo índice de escolaridade, tem-se o menor acesso às informações e percepção sobre os riscos que o uso indiscriminado de agrotóxico traz. Além de implicar na dificuldade de leitura dos rótulos, já que a maioria das informações possui grande teor técnico (SOARES; FREI-

TAS; COUTINHO, 2005).

Em relação à renda familiar, o baixo nível econômico culmina na vulnerabilidade e alienação dos trabalhadores, os quais se sujeitam a execução de trabalhos que trazem risco à saúde. Alienados, pela necessidade da obtenção de recursos econômicos, recebem míseros salários, em condições insalubres sem reivindicar seus direitos humanos (ROZEMBERG; PERES, 2008).

Segundo a Portaria 007 de 1981 (QUINTELA, 2005), do Ministério da Agricultura, a venda de agrotóxicos e afins aos usuários será feita através de receituário próprio, prescrito por profissionais legalmente habilitados, salvo casos excepcionais. Configuram-se casos excepcionais os produtos de venda livre (sem receituário agrônomo), os quais são classificados com classes toxicológicas III, pouco tóxicos, e IV, praticamente não tóxicos. Enquanto os produtos das classes I, altamente tóxicos, e II, medianamente tóxicos, apenas serão comercializados mediante receituário agrônomo.

Em contrapartida, na Tabela 2, o estudo mostra que todos (40; 100%) os trabalhadores rurais fazem a compra destes produtos sem o receituário agrônomo, dos quais grande parte possui venda restrita pelo alto teor de toxicidade humana. Os motivos que levam a não obtenção desse receituário são advindos da falta de profissional habilitado (40; 47%); alto custo (30; 35,3%); desnecessário (10; 11,8%); e não acessibilidade (5; 5,9%).

O transporte de produtos agrotóxicos deve ser realizado seguindo preceitos estabelecidos por normas específicas da legislação. Neste âmbito, conforme estabelecido na legislação e pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas: NBR 7503, NBR 7504 e NBR 8285, este transporte não

deve ser realizado junto a alimentos, pessoas, animais, rações e medicamentos ou outros materiais. Devendo ser transportado com sua respectiva Ficha de Emergência (fornecida pelo fabricante ou expedidor), a qual contém todos os procedimentos em caso de acidente. Todas as pessoas envolvidas nesta etapa devem utilizar equipamentos de proteção adequados. E o veículo de transporte deve comportar os parâmetros estabelecidos pela legislação (DUARTE, 2005).

Em relação ao transporte, a maioria (37; 92,5 %) dos trabalhadores rurais transportam os agrotóxicos dentro do próprio automóvel; 2 (5%) dentro do coletivo; 1 (2,5%) na carroça. Destarte, é notória a irregularidade e falta de fiscalização neste município, assim como a desinformação e negligência desta população com relação à nocividade e risco que tais produtos trazem a saúde, ao serem transportados em veículos inadequados com pessoas, alimentos e outros insumos.

Constatou-se também que 21 (52,5%) entrevistados nunca leem o rótulo, 19 (47,5%) às vezes, e nenhum respondeu sempre. Segundo Barrigossi (2006) o rótulo do produto contém informações precisas, resultados de anos de pesquisa, além de testes com o produto antes de receber a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para enfim ser comercializado. A leitura do rótulo é de grande importância, pois além da dosagem certa, indica o uso e lavagens dos pulverizadores, as aplicações do produto, os cuidados com o aplicador e o destino final dos resíduos e embalagens. Assim sendo, é de grande relevância que seja feita leitura criteriosa do rótulo, antes de manusear qualquer agrotóxico.

O armazenamento dos agrotóxicos deve

ser realizado longe dos domicílios, fora do alcance de crianças e de animais, e evitar ambientes úmidos e a céu aberto. As embalagens devem ser mantidas sempre fechadas (FIGUEIREDO, 2006). Todavia, apesar da maioria da população em estudo armazenar adequadamente, o percentual de 20% que o faz inadequadamente é preocupante e alarmante, tendo em vista que as famílias estudadas possuem crianças e animais de estimação, além de ser um perigo para elas mesmas.

O período de carência é considerado o intervalo de tempo, em dias, que deve ser respeitado entre a aplicação do agrotóxico e a colheita da lavoura ou a colocação de animais em pastagem. Destarte, seguir esse parâmetro é essencial para que o alimento colhido ou animal abatido não contenha resíduos de agrotóxicos em níveis acima do limite máximo estabelecido pelo Ministério da Saúde. Sendo condenável a comercialização de alimentos acima do estabelecido (BARRIGOSI, 2006).

Destarte, percebe-se que este seria um dado novo da região, e que estaria diretamente ligado com a conscientização e informação sobre a grande relevância de respeitar o período de carência, que além de diminuir a exposição agrotóxica ao agricultor ou agropecuarista, os riscos do consumidor ingerir um alimento com alto teor de produtos tóxicos serão mínimos.

Segundo a Lei 7.082 de 11/07/89 (BRASIL, 1989), os usuários que comprarem agrotóxicos seriam obrigados a devolverem as embalagens em um posto de recebimento ou ao revendedor, que deverá devolvê-las ao fabricante. Pois, o destino incorreto das embalagens dos agrotóxicos, traz inúmeros impactos ao meio ambiente, como a contaminação do solo, fontes de águas, ar e

concomitantemente à saúde humana. Porém, o que foi apurado na pesquisa entra em desacordo com a legislação (Tabela 3).

Os produtos pertencentes às classes I e II, deveriam apenas serem comercializados mediante receituário agrônomo, tendo em vista o seu grau de periculosidade. Enquanto as demais classes são consideradas produtos de venda livre (sem receituário agrônomo), por apresentarem baixo poder de intoxicação. Contudo, apesar de grande parte dos entrevistados utilizar produtos agrotóxicos das classes I e II, nenhum utiliza o receituário agrônomo como parâmetro de dosagem, apontando as irregularidades agropecuaristas na região (QUINTELA, 2005).

Verifica-se que o percentual de trabalhadores rurais que utilizam EPI's parcialmente é de 33 (82,5 %), enquanto 7 (17,5%) não usam (Tabela 4). O não uso destes equipamentos estaria vinculado, na grande maioria dos casos, a não disponibilização por parte do empregador; a negligência do uso do empregado, tendo em vista o desconforto, dirigido principalmente ao calor; falta de orientações sobre a relevância e uso correto; e baixo poder aquisitivo para realizar a compra dos equipamentos de proteção (ARAÚJO et al., 2007).

A discussão sobre a nocividade destes produtos a saúde humana, vem ganhando destaque pela amplificação dos casos de intoxicação/ contaminação no âmbito do meio rural e a disseminação no meio urbano, possibilitando uma pressão da sociedade e dos órgãos governamentais sobre a indústria/comércio, com o objetivo de estabelecer uma política específica restrita a comercialização destes produtos (ROCHA, 2007).

Neste sentido, a equipe de saúde não es-

tá cumprindo seu trabalho pelos resultados encontrados (Tabela 4). Para Matudo, Lopes e Casanova (1990), os profissionais de saúde estariam despreparados para a assistência à saúde do trabalhador ao uso de agrotóxico.

Os profissionais da saúde, que compõem a Estratégia Saúde da Família da microárea do município, deveriam realizar a busca ativa dos trabalhadores que fazem o uso de agrotóxicos e realizar ações voltadas para promoção e prevenção de saúde neste âmbito.

5 CONCLUSÕES

Este estudo possibilitou o conhecimento acerca da realidade agrícola e pecuária do município de Crisópolis-BA, no tangente do uso dos agrotóxicos e as condições insalubres dos trabalhadores rurais.

Os objetivos inicialmente propostos foram atendidos em sua completude. E no decorrer das observações foram constatados e comprovados, mediante análise, que existe o uso indiscriminado de agrotóxico pela referida população, proveniente de fatores diversificados os quais culminam em trâmites irreversíveis para a saúde humana e ambiental.

Os fatores abordados na presente pesquisa estariam ligados a dados sociodemográficos (baixa escolaridade; pouco poder aquisitivo; modelo de subsistência regional (agropecuarista); ausência de outros vínculos empregatícios); adesão ao uso de compostos agrotóxicos com nível de toxicidade elevadíssimo; parâmetros de dosagem agrotóxica inadequados; manipulação (leitura do rótulo, transporte, armazenamento e uso de EPI's) e descarte das embalagens incorreto; assistência à saúde ineficiente e

ineficaz; e o comércio clandestino, gerando inúmeros problemas à saúde humana, principalmente dos trabalhadores rurais e congruentemente ambiental.

Neste prisma, sabe-se que o homem do campo não cogita a possibilidade de não utilizar os agrotóxicos no meio rural. Em sua concepção abolir o uso de tal forma agrícola seria como retroceder na história. Contudo, diferente da percepção social exortada pela crescente indústria produtora dos defensivos químicos, existem inúmeras práticas agrícolas que evidenciam a possibilidade de boas produtividades a baixos custos, por meio de sistemas ecológicos de impactos ambientais mínimos.

Para tanto, o estudo em momento algum busca aludir à proibição dos compostos agrotóxicos, mas fomentar que se é possível desenvolver uma agropecuária sem os defensivos agrícolas, seria tangível o seu uso racional. Esta ideologia foi exortada durante todas as entrevistas, já que um dos maiores empecilhos para a coleta de dados seria a resistência dos trabalhadores em informar a obtenção e uso de compostos agrotóxicos ilegalmente.

É perceptível que há possibilidade da articulação de uma agricultura sustentável com a utilização dos agrotóxicos de maneira racional, ou até mesmo sem o seu uso, a qual além de trazer benefícios ambientais, seria mais vantajosa para o trabalhador rural quanto para o consumidor. Sendo que sua expansão depende principalmente dos agricultores e pecuarista em se conscientizar quanto a ponderar a relação da produtividade e custo privado em detrimento ao bem estar social e ambiental. Assim como, a ação dos agentes de transformação, o cidadão/consumidor, quanto a ser crítico o suficiente para exigir das autoridades políticas

públicas eficientes voltadas para o processo de uma agricultura e pecuária sustentável.

Logo, evidencia a necessidade e relevância de implementação, planejamento e acompanhamento das políticas públicas por meio de estratégias de maior controle e fiscalização a respeito da obtenção, manipulação, uso e descarte final das embalagens destes compostos. Além, da valorização dos produtos rurais, por meio de cooperativa municipais para o comércio local, a fim de evitar terceirização deste serviço, o que gerará maior lucro ao produtor.

Acredita-se que o estudo promoveu arcabouço ideológico e científico sobre a temática em questão, trazendo cenário para emblemáticas discussões científicas acerca da disparidade entre a idealização literária e o tangível social, culminando em vertentes críticas e reflexivas para a sociedade enfatizada, os profissionais de saúde e os gestores municipais.

Enfim, esta pesquisa contribuirá como instrumento para futuras pesquisas na região, e implementação de políticas públicas em saúde, dirigida para o uso racional de produtos agrotóxico e minimização dos riscos os quais os trabalhadores estão expostos e despertar a criticidade resolutiva de todos os agentes envolvidos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. J. *et al.* Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.1, p. 115-130, jan. 2007.

BARRIGOSI, J. A. F. Cultivo do arroz de terra atlas no Estado de Mato Grosso. **Embrapa Arroz e Feijão**. Sistema de Produção, N°

7 ISSN 1679-8869. Versão eletrônica setembro/2006.

BORGES, J. R. P; FABBRO, P. A. L. D; RODRIGUEZ JR, A. L. Percepção de riscos socioambientais no uso de agrotóxicos – o caso dos assentados da reforma agrária paulista. *Caixambú*, ano 3, n.1, set. 2004. Disponível em: <Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_126.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2015.

BEDOR, C. N. G. *et al.* Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, n. 1, p. 39-49, dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 7.802**, 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm>. Acesso em 28 mar. 2010.

DUARTE, M. de L. R. **Sistema de Produção da Pimenteira-do-reino**. Embrapa Amazônia Oriental Sistemas de Produção, 01 ISSN 1809-432. Versão Eletrônica Dez./2005.

FIGUEIREDO, F. J. C. **Sistemas de Produção do Açaí. Noções básicas para o uso de agrotóxicos**. 4. 2. ed., dez. 2006.

INPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – Disponível em: <<http://www.inpev.org.br/>>. Acesso em: 10/03/2015.

LEITE, K. C.; TORRES, M. B. R. O uso de agrotóxicos pelos trabalhadores rurais do assentamento Catingueira Baraúna-RN. **Revista**

Verde, Mossoró, n.4, p. 06-28, out. 2008.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; 2011.

MATUDO, Y. K; LOPES, J. N. C; CASANOVA, I. C. Praguicidas organoclorados no leite humano: um estudo em um grupo de trabalhadores rurais do município de Jaboticabal, Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocup.** 1990; 18(69): 27-32.

PERES, F.; MOREIRA, J. C. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 Sup4: S612-S621, 2007.

QUINTELA, E. D. **Normas gerais para o uso de agrotóxicos**. Santo Antônio de Goiás, 2005.

ROCHA, F. L. R. **Análise dos fatores de risco do corte manual e mecanizado da cana de açúcar no Brasil segundo o referencial da promoção da saúde**. 2007.181f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Curso de Enfermagem, Departamento de Enfermagem, USP, Ribeirão Preto, 2007.

ROZEMBERG, B.; PERES, F. **Reflexões sobre a educação relacionada aos agrotóxicos em comunidades rurais**. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/editora/media/venenoouremedio.pdf>>. Acessado em: 01 de maio de 2014.

SILVA, A. R. *et al.* Percepção de risco no uso de agrotóxicos em cinco comunidades rurais no município de Pombal – PB. **Revista Verde**. Pombal, n. 5, p. 01-09, dez, 2014.

SILVA, V. L. *et al.* A percepção dos trabalhadores rurais sobre a auto exposição aos agrotóxicos. Santa Maria, v. 43, n.1, p. 199-205, jan./abr. 2017.

SOARES, W. L.; PORTO, M. F. S. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a sa-

úde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, n. 2, p. 209-217, abril, 2012.

SOARES, W. L.; FREITAS, E. A. V.; COUTINHO, J. A. G. Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis- RJ. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, n. 4, p.685-701, out./dez. 2005.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 16 de setembro de 2017.

Avaliado em 20 de outubro de 2017.

Aceito em 14 de novembro de 2017.

Publicado em 19 de dezembro de 2017.

Como citar este artigo (ABNT):

SOUZA, Jaciara Pinheiro de; FARIA, Humberto Aparecido; PEREIRA, Renan Sallazar Ferreira. Uso de agrotóxico pelos trabalhadores rurais do município de Crisópolis-BA. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 7, n. 3, p. 107-117, set./dez. 2017.